

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**FACULDADE DE DIREITO**

**DANIEL PEREIRA SCHULZ**

**CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

**CURITIBA**

**2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**FACULDADE DE DIREITO**

**DANIEL PEREIRA SCHULZ**

**CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Thereza Cristina Gosdal.

**CURITIBA**

**2016**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**DANIEL PEREIRA SCHULZ**

### **CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dr<sup>a</sup> Thereza Cristina Gosdal  
Orientadora - Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal, UFPR.

---

Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka  
Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal, UFPR

---

Prof. Dr. Sandro Lunard Nicoladeli  
Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal, UFPR

**Curitiba, 28 de novembro de 2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus acima de tudo. Agradeço a Caroline Bazzani Dranka, noiva e companheira, aos meus pais, Bonifacio Schulz e Juventina Pereira Schulz, e aos professores e colegas da graduação da Faculdade de Direito.

*“Prezado Professor:*

*Sou sobrevivente de um campo de concentração.  
Meus olhos viram o que nenhum homem deveria ver.  
Câmaras de gás construídas por engenheiros formados.  
Crianças envenenadas por médicos diplomados.  
Recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas.  
Mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades.  
Assim, tenho minhas suspeitas sobre a Educação.  
Meu pedido é: ajude seus alunos a tornarem-se humanos.  
Seus esforços nunca deverão produzir monstros treinados ou psicopatas hábeis.  
Ler, escrever e saber aritmética só são importantes  
Se fizerem nossas crianças mais humanas.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Texto encontrado após a Segunda Guerra Mundial, num campo de concentração nazista.

## RESUMO

A indenização por danos morais está prevista no art. 5º, *caput*, V e X, da Constituição Federal de 1988, e prevalece na doutrina o entendimento de que o valor da indenização deve ser compensatório para a vítima e pedagógico para o ofensor. Vigora em nosso ordenamento o sistema aberto de fixação do valor da indenização por danos morais, ou fixação por arbitramento. Apesar de haver certo grau de discricionariedade no arbitramento, o magistrado deve fundamentar suas decisões, expondo os critérios levados em consideração para a quantificação do dano. Quanto maior a uniformidade dos critérios adotados, maior será a tendência de equanimidade dos valores das indenizações em situações semelhantes. A maior parte da doutrina cita como critérios para a fixação do valor da reparação por danos morais a razoabilidade, a extensão do dano, intensidade da culpa, proporcionalidade, o não favorecimento do enriquecimento sem causa/ilícito, a posição social e política da vítima, a capacidade econômica da vítima e a capacidade econômica do ofensor. Há ainda quem cite a originalidade ou reincidência da conduta, o esforço para minimizar os efeitos da ofensa, o tempo de prestação de serviços, a conjuntura econômica do país e o tempo transcorrido desde a ofensa como critérios para a fixação do valor da reparação. Embora a padronização dos critérios adotados na fixação do valor da indenização por danos morais possa conferir maior equanimidade, não a garante, sendo que possível solução seria o tabelamento de valores. Contudo, é controversa na doutrina a constitucionalidade da adoção de tal prática.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Contrato de trabalho. Danos morais. Critérios para a fixação. Uniformidade.

## **ABSTRACT**

The compensation for damages is laid down in art. 5, caput, V and X, of the Constitution of 1988, and supersedes the doctrine understanding that the compensation value should be compensatory for the victim and educational for the offender. Force in our legal order the open system compensation value fixing for moral damages, or fixing by arbitration. Although there are certain degree of discretion in the arbitration, the judge must base their decisions, setting out the criteria taken into account for the quantification of the damage. The greater uniformity of the criteria adopted, the greater equanimity trend of the values of compensation in similar situations. Most of the doctrine cites as criteria for fixing the amount of compensation for moral damage to reasonableness, the extent of damage, the intensity of guilt, proportionality, not favoritism without cause / illicit enrichment, social position and victim of politics, the economic capacity of the victim and the economic capacity of the offender. Still others cite the originality or recurrence of conduct, the effort to minimize the effects of the offense, time of service, the economic situation of the country and the time elapsed since the offense as criteria for fixing the amount of compensation. Although the standardization of the criteria used in determining the value of compensation for moral damages may provide greater equanimity, not guarantees, and possible solution would be tabulating values. However, it is controversial in doctrine the constitutionality of adoption of this practice.

Keywords: Civil responsibility. Employment contract. Moral damages. Criteria for fixing. Uniformity.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS....</b>	<b>10</b>
<b>3. CONCEITUAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA A INDENIZAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>3.1 DANOS MORAIS NA JURISPRUDÊNCIA E NA DOUTRINA.....</b>	<b>13</b>
3.2 CONCEITO DE DANO MORAL E JUSTIFICATIVA PARA A INDENIZAÇÃO ...	14
3.3 CUMULAÇÃO DE DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO .....	21
<b>4 CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS .....</b>	<b>23</b>
4.1 RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	27
4.2 EXTENSÃO DO DANO .....	28
4.3 INTENSIDADE DA CULPA .....	31
4.4 ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA/ILÍCITO .....	32
4.6 ORIGINALIDADE OU REINCIDÊNCIA DA CONDUTA, ESFORÇO PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DA OFENSA E TEMPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	39
4.7 CONJUNTURA ECONÔMICA DO PAÍS E TEMPO TRANSCORRIDO DESDE A OFENSA.....	41
<b>5 DOSIMETRIA.....</b>	<b>43</b>
5.1 DECISÃO PARADIGMÁTICA.....	43
<b>5.2 TABELAMENTO DE VALORES.....</b>	<b>44</b>
5.3 MÉTODO DE QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS PROPOSTO POR ALEXANDRE AGRA BELMONTE .....	47
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>



## 1. INTRODUÇÃO

É notório o crescimento de ações pleiteando indenizações por danos morais na Justiça do Trabalho, sendo que alguns autores chegam a mencionar o surgimento de uma “indústria do dano moral”.

O grande volume de demandas postulando indenizações por danos morais, aliado a grande discrepância de valores fixados para situações semelhantes revela a importância do tema da quantificação dos danos morais.

Diante disso, o presente trabalho fará uma breve verificação do histórico do instituto dos danos morais no ordenamento jurídico brasileiro e analisará os fundamentos legais da reparação por danos morais.

Após, será analisado como o tema vem sendo tratado pela doutrina e pela jurisprudência e, sobretudo, quais são os critérios norteadores da quantificação do dano, com o objetivo de constatar se há uniformidade na doutrina acerca dos critérios para a fixação do *quantum* indenizatório, e se a uniformidade de critérios contribui ou garante a equanimidade do valor da indenização.

Assim se coloca o problema a partir do qual foi alavancado este estudo.

## 2. HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS

O Decreto-lei nº 2.681, de 7 de dezembro de 1912, que regulava a responsabilidade civil em relação às mercadorias e passageiros transportados pelas estradas de ferro, pode ser considerado o marco histórico do reconhecimento do dano moral em nosso ordenamento. O art. 21 previa que:

No caso de lesão corpórea ou deformante, à vista da natureza da mesma e de outras circunstâncias, especialmente a invalidez para o trabalho ou profissão habitual, além das despesas com tratamento, e os lucros cessantes, deverá pelo juiz ser arbitrada uma indenização conveniente.

O revogado Código Civil de 1916, em seu art. 76, previa o interesse econômico ou moral como requisitos para a propositura de uma ação.

As alíneas “e” e “f” do artigo 483 da CLT, que autorizam a rescisão indireta do contrato de trabalho e indenização quando houver ofensa física, à honra, à boa-fama do trabalhador, na opinião de Melo, N. D. (2015), também autorizam a indenização por danos morais.

O Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962), já estabelecia critérios que deveriam ser utilizados na fixação do *quantum* indenizatório por danos morais, como a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e a repercussão da ofensa (art. 84, *caput*).

Assim como o Código Brasileiro de Telecomunicações, a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967) estabeleceu critérios para a fixação do valor da indenização por danos morais, critérios estes que orientaram o Judiciário brasileiro até recentemente.

A Constituição Federal de 1988 elencou em seu art. 1º, III e IV, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa como fundamentos do Estado Democrático de Direito, e no art. 3º, IV, elegeu como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Acrescentou, no art. 5º, *caput*, V e X, que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando-se o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização por danos materiais, morais, e à imagem.

Dos termos do art. 5º, V e X, não se verifica que o constituinte tenha exigido a repercussão econômica dos danos morais para que seja exigível a respectiva indenização, bastando para tanto a comprovação da violação à honra, à imagem, à vida privada e à intimidade, rol este que é exemplificativo. (BELMONTE, 2014).

O art. 186 do Código Civil de 2002 prevê como ilícito o ato que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, viole direito e cause dano, ainda que exclusivamente moral.

Os incisos V e X do art. 5º da CF, assim como o art. 186 do CC/2002, são considerados os principais instrumentos legais a fundamentar a condenação por danos morais.

Especificamente quanto à dignidade dos trabalhadores, o art. 6º da CF/88 prevê que o trabalho e a previdência social são direitos sociais, e elenca como direito dos trabalhadores a proteção contra a despedida arbitrária ou injusta (art. 7º, I), a redução dos riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, XXII), a possibilidade de indenização quando o empregador incorrer em dolo ou culpa (art. 7º, XXVIII), a proibição de discriminação em relação às pessoas com deficiência (Art. 7º, XXXI) e a proibição de qualquer distinção quanto a trabalho manual, técnico ou intelectual (art. 7º, XXXII).

Assim como nas demais democracias modernas, a dignidade humana ocupa o ápice do sistema normativo pátrio, o que revela o papel de destaque da indenização por danos morais, por ser este o instrumento utilizado para reparar as violações aos valores íntimos da pessoa humana. (MELO, N. D., 2015).

A proteção dos direitos humanos, valor fundante dos sistemas jurídicos que possui a dignidade humana como principal pilar, não se esgota no plano interno, sendo aplicáveis também as normas previstas nos tratados internacionais. (TEIXEIRA JÚNIOR, 2011).

No plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948, é um marco histórico na defesa da dignidade da pessoa humana.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cabe destacar como integrantes do sistema normativo global de proteção dos direitos humanos o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Mais especificamente quanto à proteção dos direitos humanos dos trabalhadores, destacam-se as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 155 – sobre segurança, saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho – e nº 161 – sobre os serviços de saúde no trabalho.

No plano regional de proteção dos direitos humanos, o sistema interamericano possui aparato jurídico próprio, tendo como principais instrumentos a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, que entrou em vigor no ordenamento brasileiro em 1992.

A Convenção Americana prevê a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral do ser humano (art. 5º) e, dentre as garantias previstas para os trabalhadores, destacam-se o direito à liberdade pessoal (art. 7º) e a proibição da escravidão e da servidão (art. 6º).

Qualquer trabalhador, grupo de trabalhadores ou entidade não governamental reconhecida no país é parte legítima para apresentar petição com denúncia ou queixa acerca de violações de normas previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, prevista no Capítulo VII da norma em comento (art. 44).

Cabe destacar o papel desempenhado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que possui competência consultiva, ou seja, para interpretar as disposições da Convenção Americana e dos demais tratados de proteção dos direitos humanos, e também competência contenciosa, resolvendo as controvérsias submetidas pela Comissão Interamericana de Direitos humanos ou por qualquer Estado que tenha se submetido à sua jurisdição.

Como membro do Mercosul, o Brasil possui o compromisso de respeitar também a Declaração Sociolaboral, que garante direitos essenciais dos trabalhadores e estabelece o compromisso dos Estados em adotar medidas para a promoção do emprego de qualidade, com condições saudáveis de trabalho (arts. 17 e 18).

### 3. CONCEITUAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA A INDENIZAÇÃO

#### 3.1 DANOS MORAIS NA JURISPRUDÊNCIA E NA DOUTRINA

Apesar de-a legislação ter previsto o pagamento de indenização por danos morais em diversos dispositivos legais, a jurisprudência brasileira, em sua ampla maioria, opunha-se ao reconhecimento do dano moral puro no período anterior ao advento da Constituição Federal de 1988. (MELO, N. D., 2015).

Ainda que se comprovasse a ocorrência de danos morais, a condenação era imposta sob o denominação de condenação por danos patrimoniais, pois considerava-se imoral indenizar a dor. (MELO, N. D., 2015).

Essa foi uma fase em que, via de regra, havia a negativa total da possibilidade de ocorrência de dano moral puro. Após, passou-se a aceitar a indenização desde que condicionada a determinados eventos e, por fim, a jurisprudência em sua maioria passou a aceitar a condenação por danos morais de forma ampla. (MELO, N. D., 2015).

Quanto à doutrina brasileira, não ofereceu a resistência verificada na jurisprudência para o reconhecimento da possibilidade de reparação por danos morais. Nas palavras de Reis (2013, p. 2), os danos morais “são suscetíveis de avaliação econômica (*pretium doloris*) para efeito indenizatório”.

Contudo, tal posicionamento não se era unanimidade entre os doutrinadores, cujos entendimentos podiam-se classificar em três correntes, a negativista, a eclética e a positivista. (MELO, N. D., 2015).

Até a promulgação da Constituição de 1988, prevalecia a corrente negativista. (ZANETTI, 2009). Para a corrente negativista, faltavam alguns pressupostos para a indenização por danos morais, como a falta de efeito penoso durável, incerteza de violação de direito, número indeterminado de indivíduos lesados, impossibilidade da fixação do *quantum* indenizatório e, seguindo o raciocínio da jurisprudência mais conservadora, a imoralidade de se compensar a dor com dinheiro. (MELO, N. D., 2015).

A doutrina negativista teve como expoente, fora do ambiente nacional, autores consagrados, como Friedrich Carl von Savigny, que defendia como fatores que impediam a condenação por danos morais, além dos acima mencionados, que a

atribuição de valores pecuniário a direitos personalíssimos contrariava a moral. (BELMONTE, 2014).

Por não terem contornos firmes e seguros acerca da admissibilidade da reparação por danos morais, admitindo essa possibilidade somente em certas condições e circunstâncias, havia três teorias consideradas mistas, ou ecléticas. (SANTOS, R. B., 2015).

A primeira somente admitia a indenização por danos morais quando houvesse concomitantemente, a ocorrência de danos materiais. A segunda, só admitida a indenização por danos morais se fossem originados de delitos criminais. Por fim, havia quem entendesse que a indenização em comento somente era possível em caso de ofensa a certos interesses, previstos na legislação. (SANTOS, R. B., 2015).

A teoria positivista, por sua vez, defende a plena e total ressarcibilidade dos danos morais, sem qualquer limitações. (MELO, N. D., 2015).

É essa última teoria a que prevalece no ordenamento pátrio. (SANTOS, R. B., 2015).

### 3.2 CONCEITO DE DANO MORAL E JUSTIFICATIVA PARA A INDENIZAÇÃO

A flexibilização econômica, a produtividade e a competitividade são considerados fatores essenciais na sociedade capitalista em que estamos inseridos, estando as relações humanas e os valores a elas inerentes relegados a um segundo plano. (ZANETTI, 2009).

A visão jurídico-racionalista é insuficiente para a compreensão do instituto dos danos morais, o qual, mais do que jurídico, é um instituto de natureza ética e envolve questões psicológicas, filosóficas e sociológicas, ficando evidenciado, portanto, o seu caráter interdisciplinar. (ZANETTI, 2009).

Imprescindível—que uma adequada definição de danos morais leve em consideração aspectos alheios à ciência do direito.

Na definição de Reis:

O dano moral constitui sofrimentos que uma pessoa poderá experimentar no seu espírito, através da dor física ou meramente espiritual ou ainda, menoscabo em seus sentimentos - pateme d'animo, para os italianos. [...] Trata-se de um dano de natureza imaterial, capaz de atingir os interesses amplamente tutelados de uma pessoa, com reflexos na sua atividade pessoal, profissional e social. (REIS, 2013, p. 2).

Segundo Belmonte, danos morais são:

as ofensas aos atributos físicos, valorativos e psíquicos ou intelectuais da pessoas, suscetíveis de gerar padecimentos sentimentais ou ainda como decorrência do uso não autorizado da imagem ou da violação do bom nome da pessoa jurídica, e, finalmente, os causados aos valores culturais de certa comunidade. (BELMONTE, 2014, p. 64).

Verifica-se na definição de Belmonte que os danos morais podem ser de quatro naturezas distintas, quais sejam, os que ofendem os atributos valorativos da personalidade, os que ofendem os atributos físicos da personalidade, os que ofendem os atributos psíquicos ou intelectuais da personalidade e, por fim, os que ofendem os atributos culturais de certa comunidade.

Quanto aos danos morais que ofendem os atributos valorativos da personalidade, ou integridade moral, pode-se citar a ofensa à imagem, à honra e à reputação.

Em relação aqueles que atingem os atributos físicos, ou integridade física, estão aqueles que agredem a vida, a subsistência, a saúde e a liberdade de locomoção.

Há ofensa aos atributos psíquicos ou intelectuais quando é violada a liberdade de pensamento, a intimidade, a vida privada e a autoria científica e artística.

Já os atributos culturais da comunidade, ou integridade cultural, estão relacionados ao dano moral coletivo, que ocorre quando houver agressão à qualidade de vida da comunidade, racismo, segmentação social, entre outros.

Ainda na definição de Belmonte acima transcrita, verifica-se que os danos morais não afetam somente o patrimônio moral ou a honra da pessoa natural, mas também podem atingir a reputação e a fama de pessoas jurídicas. (BELMONTE, 2014).

A questão da possibilidade de pessoas jurídicas sofrerem danos morais atualmente encontra-se pacificada pelos tribunais, a exemplo da Súmula nº 277 do Superior Tribunal de Justiça.

Apesar de as pessoas jurídicas não possuírem honra subjetiva, possuem honra objetiva, há atos que podem refletir de forma negativa em sua imagem comercial e repercutir em seus negócios e em seu faturamento. (MELO, N. D., 2015).

Por não possuírem honra subjetiva, as pessoas jurídicas não estão suscetíveis ao arrependimento e à compaixão. (ZANETTI, 2009).

Diante disso, é acentuada a importância do caráter pedagógico da condenação por danos morais em se tratando de pessoas jurídicas, por ser a condenação pecuniária o meio mais eficiente para dissuadir os empregadores de reiterar ofensas ao patrimônio imaterial dos empregados.

Além da possibilidade de danos morais em face de pessoas jurídicas, na definição de Belmonte (2014), há danos morais quando há ofensa de valores culturais da comunidade, o que se denomina danos morais coletivos, cuja indenização está prevista no art. 5, X, da CF, o qual se refere aos direitos “das pessoas”, referindo-se, portando à coletividade.

Segundo Medeiros Neto (2014):

O dano moral coletivo corresponde à lesão a interesses ou direitos de natureza transindividual, titularizados pela coletividade, considerada em seu todo ou em qualquer de suas expressões (grupos, classes ou categorias de pessoas), em decorrência da violação inescusável do ordenamento jurídico. (MEDEIROS NETO, X. T., 2014, p. 172).

Regulamentando a previsão constitucional, a Lei nº 8.078/90 dispõe sobre a prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais individuais, coletivos e difusos.

Considerando que a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme art. 1º, III e IV da Constituição Federal de 1988, e considerando que a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária é objetivo fundamental da República, haverá dano moral coletivo quando se constatar uma conduta que viole esses preceitos fundamentais, em afronta à valores culturais ou extrapatrimoniais da comunidade. (BELMONTE, 2014).

Ocorre dano moral coletivo nas relações de trabalho quando há violação aos valores extrapatrimoniais de uma comunidade de trabalhadores, sendo que o dano moral coletivo é autônomo em relação ao dano moral individual. (BELMONTE, 2014).

Contudo, Belmonte (2014) defende que seria mais preciso falar em danos extrapatrimoniais da coletividade dos trabalhadores, os quais podem sofrer individualmente com a ofensa cometida à sua classe, mas não é adequado se dizer que há angústia ou trauma psicológico da coletividade.



Na definição de Melo, N. D. (2015), a lesão que pode autorizar a indenização por danos morais é aquela que:

[...] atinge o âmago do indivíduo, causando-lhe dor (incluindo-se aí a incolumidade física), sofrimento, angústia, vexame ou humilhação e, por se passar no íntimo das pessoas, torna-se insusceptível de valoração pecuniária adequada, razão por que o caráter da indenização é o de compensar a vítima pelas aflições sofridas e de lhe subtrair o desejo de vingança pessoal, além de impor uma pena ao lesante como uma forma de reprimenda. (MELO, N. D., 2015, p. 17-18).

Ainda segundo Melo, N. D.:

dano moral é toda agressão injusta àqueles bens imateriais tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica ou da coletividade, insusceptível de quantificação pecuniária, porém indenizável com tríplice finalidade: satisfativo para a vítima, dissuasório para o ofensor e de exemplaridade para a sociedade. (MELO, N. D., 2015, p. 19).

Observa-se nessa definição as finalidades que se pretende com a condenação por danos morais, quais sejam, indenizatório, punitivo e dissuasório para o ofensor, preventivo em relação à vingança pelo ofendido e de exemplaridade para a sociedade.

Melo, R. S. (2008) defende a natureza tríplice da condenação por danos morais, quais sejam, reparatória ou satisfativa, sancionatória ou punitiva e admoestativa ou preventiva.

Cabe esclarecer que, enquanto a condenação meramente compensatória busca somente reparar o dano causado, a condenação dotada de caráter punitivo e pedagógico é aquela que tem por finalidade evitar a reincidência da prática delituosa (FRANCO FILHO, 2016) e estimular a observância das normas trabalhistas pelos empregadores (ZIMMERMANN, 2015).

Nas palavras de Nascimento, A. M. (2009),

O valor maior a ser defendido pela reparação do dano moral é a dignidade da vida humana – valor maior diferenciado – princípio dos princípios, e a finalidade da reparação é, também, punitivo-pedagógica, além de indenizatória, de tal modo que a função do Direito no caso é mostrar à sociedade o que não deve ser feito, demonstrar ao agressor o mal que causou a alguém e confortar a vítima pelo mal que sofreu. (2009 apud ZANETTI, 2009, p. 11).

Segundo Zanetti (2009), o valor das indenizações por danos morais tende a ser ínfimo e insuficiente para o caráter pedagógico, o que se verificaria também nas decisões de seara trabalhista.

Discorda desse posicionamento Pinto Junior (2016), que reconhece a proliferação de decisões judiciais, inclusive na esfera trabalhista, que reconhecem e aplicam critérios punitivos no momento da fixações do valor da indenização por danos morais.

O caráter punitivo da indenização fica evidente nos Enunciados nº 4 e 51 aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho:

“DUMPING SOCIAL”. DANO À SOCIEDADE. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “dumping social”, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como aliá já previam os artigos 652, “d”, e 832, § 1º, da CLT. (JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO, 1, 2007, Brasília, Enunciados. Disponível em [http://www.anamatra.org.br/jornada/enunciados/enunciados\\_aprovados.cfm](http://www.anamatra.org.br/jornada/enunciados/enunciados_aprovados.cfm) Acesso em: 23/11/2014)

Responsabilidade civil. Danos morais. Critérios para arbitramento. O valor da condenação por danos morais decorrentes da relação de trabalho será arbitrado pelo juiz de maneira equitativa, a fim de atender ao seu caráter compensatório, pedagógico e preventivo. (Idem, ibidem)

A limitação das condenações por danos morais à finalidade compensatória, no entender de Zanetti (2009), perpetua a ideia defendida pelos negativistas, pois implica a impossibilidade de o Direito agir como instrumento social na prevenção dos danos morais.

O Direito não pode ser reduzido a mero instrumento de compensação dos trabalhadores pelos danos sofridos, mas deve exercer ativamente seu papel de transformação da realidade social. (ZANETTI, 2009).

De acordo com Zanetti,

Ao Judiciário cabe papel da maior relevância na condução das questões que envolvem a reparação por dano moral, de sua postura poderá resultar uma sociedade ciosa dos valores morais ou apática e submersa em

conflitos que poderiam ter sido evitados com a aplicação do caráter pedagógico/punitivo por meio da interpretação judicial. (ZANETTI, 2009, p.45).

Ainda de acordo com Zanetti:

O Judiciário, nas questões relativas ao dano moral, representa a Referência exterior do cidadão. Suas decisões serão indicativas do lugar de cada um em nossa sociedade. É nessa instituição que repousa hoje, com a queda das religiões, a fé, a referência, a esperança da igualdade. (ZANETTI, 2009, p. 89).

O valor da indenização por danos morais deve ser arbitrado em observância às funções compensatória, pedagógica e punitiva, não podendo ser fixados valores irrisórios e simbólicos. (GARCIA, 2016).

Enquanto a finalidade da condenação por danos materiais é meramente compensatória, a condenação por danos morais é mais abrangente, devendo possuir caráter punitivo-pedagógico, justamente por ser impossível retornar de forma indene a dignidade do ofendido ao estado em que se encontrava antes da agressão. (ZANETTI, 2009).

Verifica-se no entendimento de Garcia e Zanetti o caráter duplo das indenizações por dano moral, compensatório para a vítima e punitivo para o ofensor, também defendido por Gonçalves (2009).

Segundo Zanetti (2009), o art. 5º, XLI, da Constituição Federal de 1988 autoriza o caráter punitivo da condenação por danos morais.

Posicionamento diverso é o defendido por Brandão (2016), que entende não haver previsão no ordenamento jurídico pátrio para o caráter punitivo da condenação em comento.

O elevado número de ações pleiteando indenizações por danos morais, ao invés de ser interpretada por alguns julgadores como uma demonstração gritante de desrespeito à dignidade da pessoa humana, tem sido interpretada como o surgimento de uma indústria de danos moral, que deve ser encarada com ceticidade e moderação para se evitar o enriquecimento sem causa. (ZANETTI, 2009).

A banalização do instituto dos danos morais não ocorre com a condenação dos ofensores a pagarem valores vultuosos, mas sim com a fixação de valores simbólicos. (ZANETTI, 2009). Para referida autora o número significativo de ações buscando a reparação dos danos morais é um movimento histórico que demonstra estar vivo um idealismo que encontra seu fundamento na própria essência do direito.

De acordo com STOCCO (2003), a fixação, por alguns julgadores, de valores absolutamente ínfimos a título de danos morais constitui uma questão angustiante, pois a utilização de critérios subjetivos e aleatórios permite que a quantificação fique no campo do poder discricionário do julgador.

A fixação de valores simbólicos nas condenações por danos morais revelam a insensibilidade do Judiciário perante o grande volume de ações e demonstra uma visão reducionista do alcance do instituto dos danos morais. (ZANETTI, 2009). O valor fixado a título de danos morais deve ser justo e reparador. A condenação em valores ínfimos e desrespeitosos causam desprestígio do Poder Judiciário. (NASCIMENTO, S. M., 2015a).

Ainda segundo Zanetti (2009, p. 29), “é preferível o rigor no combate ao ilícito do que uma atuação permissiva, frouxa e liberalista, que destoa da lógica proibitiva do Direito.”.

Não se nega a possibilidade de que a reparação dos danos morais via judicial também seja buscada por oportunistas, contudo, a má-fé dos postulantes não pode ser presumida, o que se destaca quando se trata de trabalhadores, classe fragilizada socialmente. (ZANETTI, 2009).

É de fácil constatação o crescente crescimento de ações trabalhistas que envolvem doenças psíquicas de trabalhadores desenvolvidas no ambiente de trabalho, o que também engrossa a estatística das demandas com pedidos de indenizações por danos morais e exige uma resposta adequada do Judiciário. (ZANETTI, 2009).

Na área trabalhista, pode-se dizer que ocorrem danos morais quando os empregadores expõem os trabalhadores a situações humilhantes, vexatórias, ou constrangedoras, ou ainda quando há violação dos direitos sociais trabalhistas difusos, coletivos ou individuais homogêneos, sendo que entre eles podemos citar discriminações que envolvam gênero, idade ou ideologia. (MELO, N. D., 2015).

O dano moral, em suma, pode ser caracterizado como a violação à dignidade da pessoa humana ou outros direitos fundamentais que tenham seu núcleo na dignidade da pessoa humana, ou seja, a violação aos bens imateriais do indivíduo, como a intimidade a privacidade a honra e o bom nome, entre outros. (MELO, N. D., 2015).

Adaptando a conceituação de danos morais para a esfera trabalhista, dano moral, segundo Melo, N. D. (2015, p. 25), é “a agressão aos direitos

personalíssimos do empregado, ou do empregador, decorrentes da relação de trabalho”.

Como exemplo de atos praticados pelo empregador que podem ensejar a condenação por danos morais, podem-se citar os acidentes de trabalho ocorridos por culpa ou dolo do empregador, a falsa imputação de crime ao empregado para justificar a dispensa sem justa causa, o assédio sexual e moral e a divulgação de informações que dizem respeito à vida íntima do empregado.

Apesar de o empregado também poder praticar danos morais contra o empregador, em razão da subordinação existente no contrato de trabalho, é o trabalhador quem está mais propenso a ser vítima de danos dessa espécie, ante a hierarquia, a pessoalidade e a perenidade característica da relação de empregado. (MELO, N. D., 2015). A hipótese de indenização por danos morais pleiteadas pelo empregador contra o empregado é tão rara que não tem qualquer expressão socioeconômica. (ZANETTI, 2009).

Cabe observar que nem todo dano moral é passível de indenização, somente o sendo aqueles decorrentes de agressões injustas. A dispensa de um trabalhador por justa causa, por exemplo, pode lhe causar sofrimento, angústia, vexame ou humilhação. Contudo, em não se tratando de agressão injusta, tais danos não são passíveis de indenização.

### 3.3 CUMULAÇÃO DE DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO

Prevê o art. 5º, V, da, Constituição Federal de 1988, que é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Parte da doutrina classifica os danos estéticos entre os danos morais, outra parcela, entre os danos materiais, e há quem os considere um terceiro gênero. (NASCIMENTO, S.M., 2015b).

Melo, N. D. (2015), alinha-se com esta última posição, majoritária, que implica a possibilidade de um mesmo fato originar, de forma autônoma, danos estéticos, danos morais e danos materiais. Referido autor define os danos estéticos como sendo aquele “corresponde a qualquer anomalia que a vítima passe a ostentar no seu aspecto físico, decorrente de agressão injusta à sua integridade pessoal” (MELO, N. D., p. 43).

Belmonte (2009) esclarece que o dano estético compromete a aparência física, o que afeta o modo com que a pessoa passa a ser vista em seu meio social.

Deve ser admitida a cumulação dos danos morais e estéticos, ainda que derivados do mesmo fato, pois possuem fundamentos distintos. O dano moral é compensável em razão da dor e dos constrangimentos causados, ao passo que o dano estético é indenizável pela deformação ou anomalia que a vítima passa a ostentar. (BARROS, 2016).

A cumulação dos danos morais com os danos estéticos é questão pacífica no Tribunal Superior do Trabalho, sob o fundamento de que se prestam para a tutela de bens distintos (MELO, N. D., 2015). Nesse sentido, ainda, a Súmula nº 37 do Superior Tribunal de Justiça: “São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”.

As transgressões aos direitos personalíssimos<sup>2</sup>, além dos danos de natureza moral, podem gerar prejuízos materiais, ou ainda, de forma reversa, as agressões aos bens patrimoniais podem causar prejuízos de ordem moral. (BELMONTE, 2014).

O pedido de ressarcimento de danos materiais não exclui a possibilidade de se pleitear a indenização por danos morais, assim como o pedido de danos morais não exclui a possibilidade de se pleitear danos estéticos, ainda que oriundos do mesmo fato gerador. (LOBREGAT, 2001).

---

<sup>2</sup> “Os direitos da personalidade ou direitos personalíssimos são aqueles que se referem aos atributos físicos, psíquicos, intelectuais e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais” (GARCIA, 2016, p. 53)

#### 4 CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

O dano imaterial, por sua própria natureza, possui um viés subjetivo que dificulta a adoção de critérios para o seu arbitramento. (PINTO JUNIOR, 2016).

Há três métodos que podem ser utilizados na fixação dos danos morais, quais sejam, consensual, judicial e por arbitramento privado. É consensual quando decorre de acordo entre as partes; judicial quando resulta de fixação realizada pelas vias judiciais; e é por arbitramento quando há utilização de árbitro para a fixação do valor. (BELMONTE, 2014).

Conquanto haja a possibilidade de quantificação dos danos morais por meio consensual e por arbitramento privado, o presente trabalho volta-se à análise dos critérios utilizados na quantificação do dano moral realizada pelos órgãos integrantes do Judiciário Trabalhista.

A reparação judicial pode ser *in natura* ou *in pecúnia*. (BELMONTE, 2014).

A reparação *in natura*, também denominada específica ou natural, pretende restabelecer a situação anterior ao evento danoso, enquanto *in pecunia* busca uma forma de compensar os sofrimentos provados pelo agente do ato ilícito. (TEIXEIRA JUNIOR, 2011).

Delicada é a questão da reparação *in natura* do dano moral, diante da dificuldade da reconstituição do patrimônio imaterial danificado. (SANTOS, 2015).

No caso da reparação *in pecunia*, o sistema utilizado para a quantificação pode ser aberto, também determinado de arbitramento judicial, ou por compensação tarifada. Quando fica ao prudente arbítrio do juiz a fixação do valor da reparação, há arbitramento judicial, quando a lei estabelece os limites, sejam eles o limite mínimo ou máximo, há compensação tarifada. (BELMONTE, 2014).

Havia, no ordenamento jurídico pátrio, previsão de critérios objetivos para a fixação do valor da reparação nas revogadas Lei de Imprensa e no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Por inexistirem critérios legais, tarifados e objetivos, o magistrado possui certa liberdade para valorar e arbitrar o valor da indenização por danos morais. Contudo, o arbitramento deve sempre ser pautado pela razoabilidade e pela proporcionalidade. (NASCIMENTO, S. M., 2015b).

Diante disso, vigora em nosso ordenamento o sistema aberto de fixação do valor da indenização por danos morais. (SANTOS, 2015). Nas palavras de Dalazen (1999, p. 11), “É um sistema, portanto, em que sobreleva o papel do Juiz, cabendo-lhe perscrutar as almas, para, moderada e equitativamente, estimar o dano moral”.

Segundo Lima, F. M. M., e Lima, F. P. R. M (2016),

A enfermidade da alma é inavaliável, pois não revela a dimensão da ferida, nem o tempo que leva para cicatrizar, se é que isso ocorra. Por isso, os valores vêm sendo arbitrados sem parâmetros objetivos, variando entre estrondosos e ridículos. (p. 171)

Apesar de haver discricionariedade na tarefa de arbitramento do valor dos danos morais, tal discricionariedade não pode ser exercida de forma arbitrária, pois deve indicar os critérios e os parâmetros utilizados:

Os critérios estabelecidos no art. 944, *caput* e parágrafo único, do Código Civil, subsidiariamente utilizados nas questões que envolvem a fixação dos danos morais – pela omissão do legislador trabalhista a respeito (art. 8º, parágrafo único, da CLT, são cláusulas gerais norteadoras do exame dos casos concretos, mas que impõem a utilização de parâmetros auxiliares e objetivos, que permitam estipular o valor indenizatório dos danos morais segundo as suas circunstâncias. Motivações genéricas, fundadas tão somente na proporcionalidade e da razoabilidade, sem a demonstração dos parâmetros internos que levaram à estipulação do quantum indenizatório, tornam letra morta o disposto no art. 93, IX, da Constituição Federal, sonegando ao jurisdicionado e às instâncias superiores as necessárias informações destinadas ao exame ou reexame das circunstâncias fáticas ensejadoras do provimento. (BELMONTE, 2014, p. 236).

Diferentemente dos danos materiais, no caso dos danos morais é impossível restituir o bem ofendido, de modo que, para Zanetti (2009) seria mais apropriado se falar em reparação do dano moral ao invés de indenização do dano moral, justamente pela impossibilidade de tornar o dano “indene”.

Os danos morais sofridos pelo ofendido certamente não serão revertidos pela indenização da ofensora ao pagamento de indenização por danos morais, o que se busca é um meio de atenuar o sofrimento do ofendido por meio de pagamento de determinada quantia pelo agressor.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup>Diante da irreversibilidade dos danos morais, é de mais valia a produção de normas que previnam a ocorrência do ilícito do que a reparação do dano via judicial.

A título exemplificativo, uma norma que conceda isenções tributárias para as empregadoras que não tenham sido condenadas por danos morais seria mais eficaz do que uma condenação judicial ao pagamento de danos morais.



Cairo Júnior (2015), por sua vez, critica o termo reparação, alegando ser mais apropriado falar-se em compensação dos danos morais, pelos mesmos argumentos expostos por Zanetti (2009), sendo este, também, o termo apontado por Dalazen (1999) para corretamente denominar o instituto ora em análise.

Não obstante a oportuna observação de Zanetti (2009), de Cairo Júnior (2015) e de Dalazen (1999), o fato é que a doutrina ora usa o termo indenização, ora reparação, ou mesmo compensação, sendo todas essas expressões utilizadas para exprimir a finalidade que se busca com o ressarcimento de determinada quantia pecuniária à vítima de danos morais.

Justamente por não ser possível o retorno ao *status quo ante* e pela inviabilidade de se estabelecer uma equivalência absoluta entre o dano caso e o valor da reparação no caso dos danos morais, não se aplica o princípio da *restitutio in integrum* ou da integralidade ao instituto em análise. (REIS, 2013).

A impossibilidade de medição precisa da extensão dos danos morais torna ontologicamente impossível conhecer o que seria a sua integralidade, de modo que a reparação integral não é aplicável para efeitos de fixação do valor dos danos não patrimoniais. (PINTO JUNIOR, 2016).

Sanseverino (2010), apesar de admitir a impossibilidade da mensuração dos danos extrapatrimoniais, defende uma aplicação mitigada do princípio da reparação integral na quantificação da indenização, a fim de se impedir a fixação de valores excessivamente elevados ou reduzidos.

Há, ainda, quem entenda pela plena aplicabilidade da reparação integral aos danos morais, a exemplo de Brandão (2016).

A inexistência de regulação acerca dos critérios que devem ser utilizados na fixação do valor das indenizações decorrentes de danos morais transfere essa tarefa ao poder discricionário do julgador, cuja atividade de avaliação e fixação de valores é tema de destaque na doutrina. (NASCIMENTO. S. M., 2015b).

Ressaltando o caráter pedagógico da compensação por danos morais, Belmonte, expõe alguns critérios que devem ser observados na fixação do *quantum* indenizatório:

Em se tratando de danos morais, a compensação não decorre de eventual repercussão no patrimônio do ofendido, devendo ser estipulada de forma exemplar, de forma a inibir o ofensor quanto a novas investidas, recompor a consideração social ou a a dignidade pessoal ofendida e servir como lenitivo para aplacar a dor íntima do ofendido. Deve levar ainda em consideração a

condição pessoal das partes, a intensidade da culpa e a extensão do dano. Devendo ser procurada, para a compensação do dano moral, uma situação material que importe em atitude capaz de obstaculizar ou minimizar os efeitos da lesão, podendo assim a reparação ser fixada, conforme o tipo de dano e efeitos causados, pela retratação pública ou pela divulgação da sentença às expensas do ofensor nas ofensas à reputação, por cirurgia plástica custeada pelo ofensor, no caso de dano estético; em dinheiro, quando funcionar como lenitivo à dor íntima do ofendido; em prestação de serviços, quando o agente não tenha bens. (BELMONTE, 2014, p. 37).

Embora o disposto no art. 5º, V e X, Constituição Federal de 1988, tenha atenuado a discussão acerca da possibilidade de reparação pecuniária dos danos morais, a problemática da fixação do valor da reparação por dano moral até hoje não encontrou consenso entre os doutrinadores e os julgadores. (NASCIMENTO, A.M., 2009 apud ZANETTI, 2009, p. 11).

Para Melo, N. D., (2015), o montante da indenização não deve ser tão grande que leve o ofensor à ruína, tampouco tão pequena que avilte a vítima, devendo o magistrado utilizar o bom-senso e critérios para a fixação do *quantum* indenizatório, como o grau de culpa do ofensor, as condições sociais e econômicas das partes e a repercussão do fato no meio social.

Fica evidenciada, portanto, a relevância do debate acerca dos critérios que vêm sendo utilizados na fixação do valor da reparação do dano moral. Como já mencionado anteriormente, no ordenamento jurídico brasileiro, prevalece o sistema aberto de quantificação do dano moral, a qual é realizada por arbitramento do magistrado.

Para que haja equanimidade na fixação do valor da indenização por danos morais, é imprescindível que os critérios adotados no arbitramento sejam uniformes.

É necessária a adoção de parâmetros objetivos, mais uniformes, que reduzam ao máximo o campo de subjetividade e obscurantismo no arbitramento dos valores indenizatórios. (PINTO JUNIOR, 2016).

A maior parte da doutrina cita como critérios para a fixação do valor da reparação por danos morais a razoabilidade, a extensão do dano, a intensidade da culpa, a proporcionalidade, o não favorecimento do enriquecimento sem causa/ilícito, a posição social e política da vítima, a capacidade econômica da vítima e a capacidade econômica do ofensor.

Há ainda quem cite a originalidade ou reincidência da conduta, o esforço para minimizar os efeitos da ofensa, o tempo de prestação de serviços, a conjuntura

econômica do país e o tempo transcorrido desde a ofensa como critérios para a fixação do valor da reparação.

#### 4.1 RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Belmonte (2014) defende a aplicação do princípio da razoabilidade na verificação do *quantum* indenizatório, e o define como:

[...] medida de equidade, para o ajuste do caráter compensatório do dano com as condições econômicas do ofensor (porte da empresa), considerados a originalidade ou reincidência da conduta e eventual esforço para minimizar os efeitos da ofensa, o que permitirá fixar valor suficiente ou moderado para, a um só tempo, aplacar a dor do ofendido e de forma pedagógica penalizar e inibir futuras investidas do ofensor. (BELMONTE, 2014, p. 225)

Verifica-se na definição acima que a razoabilidade englobaria critérios que são citados por outros autores como critérios autônomos, como o porte econômico do ofensor, a originalidade ou reincidência da conduta, e o esforço para minimizar os efeitos da ofensa.

O princípio da razoabilidade vem sendo invocado de maneira simplista na fixação ou na modificação de valores a título de danos morais, sem maior comprometimento com uma sistematização coerente de critérios. (PINTO JUNIOR, 2016).

Dalazen (1999), defende a utilização da razoabilidade na quantificação do dano, mas define o modo pelo qual a razoabilidade deve atuar, de modo mais palpável do que aquele exposto por Belmonte nos seguintes termos:

[...] pautar-se pela razoabilidade e equitatividade na estipulação, evitando-se: de um lado, um valor exagerado e exorbitante, ao ponto de levar a uma situação de enriquecimento sem causa, ou à especulação, ou conduzir à ruína financeira o ofensor; de outro, evitando-se um valor tão baixo que seja irrisório e desprezível, ao ponto de não cumprir sua função inibitória. (DALAZEN, 1999, p. 12)

Do trecho acima transcrito, verifica-se que a razoabilidade é invocada para concretizar a finalidade punitivo-pedagógica da condenação por danos morais e a vedação ao enriquecimento sem causa.

Embora a razoabilidade deva ser balizadora na quantificação da indenização, tal critério não poderá ser utilizado de forma isolada, dada a sua fluidez. (FERRO, 2016).

A redução do *quantum* indenizatório quando houver desproporção entre a extensão do dano e o grau de culpa revela, segundo Belmonte (2014) e Lima (2014), a aplicação do princípio da proporcionalidade.

Há divergência, conforme já exposto, acerca da aplicabilidade do parágrafo único do art. 944 do Código Civil aos danos morais. Há quem defenda que redução da indenização em razão da excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano não se aplica aos danos morais (ZANETTI, 2009), e há quem entenda que tal redução aplica-se exclusivamente em caso de indenizações por dano moral. (BELMONTE, 2014).

Logo, por meio da proporcionalidade, comparado o interesse de uma parte com o de outra diante do poder ofensivo do ato danoso e dos efeitos por ele produzidos, busca-se a adequação ou pertinência, necessidade ou exigibilidade para a realização do direito pretendido. É na proporcionalidade que se fala em ponderação de interesses e é por essa razão que devem ser comparados a gravidade da culpa e o dano produzido. (BELMONTE, 2014, p. 224)

Brandão (2016) aponta que a exceção do parágrafo único é aplicável somente para a redução equitativa da indenização em razão do grau de culpa do ofensor, mas que tal exceção não autoriza a majoração da indenização.

Assim como ocorre com o critério da razoabilidade, a proporcionalidade não deve ser utilizada isoladamente para a aferição do valor da indenização, diante da sua fluidez. (FERRO, 2016).

## 4.2 EXTENSÃO DO DANO

O princípio da extensão do dano está intimamente relacionado com o princípio da reparação integral, eis que a verificação a extensão do dano tem por finalidade repará-lo em sua totalidade.

Segundo Nascimento, A. M. (2009 apud ZANETTI, 2009, p. 11), a extensão dos danos morais, assim como dos danos patrimoniais, é diferente para cada ofendido, assim como é individual o efeito do dano em sua esfera de dignidade.

A extensão do dano como critério na fixação por danos morais está prevista no art. 944 do Código Civil. Para Belmonte (2014), a regra prevista no art. 944 é aplicável aos danos morais e permite que a indenização possa ser integral em relação aos eventos danosos.

Contudo, na opinião de Zanetti (2009), é quase nula a aplicação desse dispositivo aos danos morais, em razão da dificuldade de verificação precisa da extensão do dano, ante a subjetividade do prejuízo.

A impossibilidade de precisão na mensuração da extensão dos danos morais também é defendida por Nascimento, S. M (2015b) e Pinto Junior (2016).

Diante disso, Zanetti (2009) defende que a extensão do dano nem sempre será critério de fixação do valor da reparação por danos morais.

É evidente a dificuldade da mensuração da extensão do prejuízo moral, diante da complexidade do sentimento humano e das inúmeras variáveis que influem no abatimento experimentado pela vítima. (CASTRO JÚNIOR, 2012).

A dificuldade de mensuração exata dos danos morais, contudo, não tem o condão de afastar a aplicabilidade da extensão do dano no arbitramento dos valores da condenação por danos morais, mas será preciso substituir a precisão do cálculo efetuado na apuração dos danos morais por uma ponderação axiológica traduzida em valores monetários. (PINTO JUNIOR, 2016).

Para Ferro (2016), a fixação de valores em proporção inferior à adequada desestimula a adoção de medidas preventivas, ao passo que a fixação de valor em montante superior ao adequado traz consequências sociais indesejadas, eis que trará custos adicionais que refletirão no exercício da atividade do empregador e na contratação de novos trabalhadores.

As considerações de Mallet (2012) deixam nítida a necessidade de aplicação do critério da extensão do dano, ainda que de difícil mensuração em relação ao instituto em análise:

Critério bastante razoável, natural mesmo, envolve exame da relevância do direito violado. Como soa óbvio, lesão a direito mais relevante justifica indenização maior do que lesão a direito de menor relevância. Assim, lesada a vida, a reparação moral deve ser mais elevada do que a cabível quando lesada a integridade física. E a indenização deferida em caso de lesão à integridade física deve, a seu turno, ser também mais elevada do que a pertinente na hipótese de ofensa à reputação, à honra, à imagem, ao bom nome etc. Eis um parâmetro importante na fixação da indenização devida em caso de dano moral, lembrado pela doutrina, a partir da idéia de

que, na fixação da indenização por dano moral, deve-se levar em conta “la gravita dell’offensa arrecata. (MALLET, 2012, p. 164)

Desse modo, é necessário hierarquizar axiologicamente os prejuízos extrapatrimoniais, levando em consideração as peculiaridades do caso concreto, para que haja equilíbrio e coerência no arbitramento de valores compensatórios. (PINTO JUNIOR, 2016).

No entendimento de Lobregat (2001), caso fique constatado que a ofensa gerou consequências também na esfera criminal, isso deve ser motivo para a majoração do valor da condenação.

Apesar de não ser pertinente utilizar a condição econômica da vítima como critério para a fixação do valor da indenização por danos morais, como será exposto no tópico próprio, há condições pessoais da vítima que devem ser consideradas para tanto.

Nesse ponto, inclusive, não parecem ser totalmente adequadas os apontamentos de Mallet, acima transcritas.

No caso de determinados profissionais que dependam da preservação de sua reputação, como os políticos, a ofensa à sua imagem e ao bom nome provavelmente será mais lesiva se comparada com ofensas físicas não debilitantes.

Há quem entenda que a intensidade do sofrimento da vítima é critério autônomo na quantificação dos danos morais, à exemplo de Lobregat (2001) e de Dalazen (1999):

A intensidade do sofrimento da vítima, que é um elemento marcadamente individual e variável, como bem assinala ADRIANO DE CUPIS; lesões igualmente graves do ângulo objetivo, podem provocar sofrimento diverso à pessoas, segundo a maior ou menor sensibilidade física ou moral de cada um. Importa, assim, sempre ter presente a personalidade da vítima, aspecto sobremaneira relevante quando se atende para a circunstância de que o dano moral nasce da lesão sofrida ao complexo psíquico-espiritual da vítima. (DALAZEN, 1999, p. 12)

Contudo, para fins de sistematização dos critérios para a aferição do valor da indenização por dano moral, parece ser perfeitamente cabível enquadrar a intensidade do sofrimento da vítima como um dos elementos que caracterizam a extensão do dano.

Por fim, a extensão do dano deverá sempre ser cotejada com a intensidade da culpa no arbitramento do valor da indenização por danos morais, conforme determina o parágrafo único do art. 944 do CC, tema que será analisado a seguir.

#### 4.3 INTENSIDADE DA CULPA

As agressões ao patrimônio moral dos trabalhadores merecem proteção adequada, principalmente quando se trata de agressões em que se verifique a presença de dolo ou de culpa grave, que devem ser objeto de penalização mais aguda, pois revelam transgressões deliberadas que ofendem a dignidade humana, a boa-fé objetiva, a função social do contrato e o princípio da solidariedade. (ZANETTI, 2009).

[...] o mais negligente ou imprudente deve responder em montante maior, porque a total falta de cuidado ou de previsibilidade intensifica a sua culpa para a caracterização do evento. Quem sequer fornece equipamentos de proteção individual deve responder por culpa mais intensa do que quem fornece e não fiscaliza o uso. (BELMONTE, 2014, p. 227)

A responsabilidade pelos danos morais trabalhistas é, via de regra, fundada na existência de culpa, ou seja, trata-se de responsabilidade subjetiva.

Contudo, segundo Belmonte (2014), nas situações em que o empregador promove atividade de risco, as sequelas e os traumas psíquicos que o empregado venha a sofrer podem ensejar a reparação por danos morais independentemente de culpa, ou seja, com aplicação da teoria da responsabilidade objetiva. Cita-se como exemplo de atividades que oferecem risco à incolumidade psíquica dos empregados a dos vigilantes de carro-forte, que estão mais propícios a desenvolverem síndrome do pânico.

Embora a configuração de culpa seja dispensável quando se trata da responsabilidade objetiva, mesmo nesses casos a intensidade da culpa deve ser levada em consideração na fixação do valor da reparação por danos morais. (FERRO, 2016).

Há, contudo, quem entenda de modo diverso, ao argumento de que a gradação da indenização em conformidade com o grau de culpa do ofensor, viola o princípio da reparação integral. (CAIRO JUNIOR, 2015).

Apesar de o *caput* do art. 944, se aplicar a todo tipo de dano, o parágrafo único, denominado de cláusula de exceção é aplicável somente aos danos morais. (BELMONTE, 2014).

Posição contrária é adotada por Zanetti (2009), que afirma ter referido dispositivo legal origem no direito restitutivo, pois já fazia parte do Código Civil de 1916, que não previa a possibilidade de indenização por danos morais.<sup>4</sup>

A culpa concorrente, apesar de não romper o nexo de causalidade, tem o condão de reduzir o valor da indenização por danos morais, pois diminui o grau de culpa do ofensor. (MELO, N. D., 2015).

A consideração da culpa concorrente na fixação do valor da indenização está prevista no art. 945 do CC. Como exemplo de culpa concorrente em evento ensejador de danos morais na esfera trabalhista, pode-se citar situação em que, não agindo o trabalhador com o necessário dever de cautela, e não tomando o empregador todas as providências necessárias para garantir um ambiente de trabalho seguro, o empregado venha a sofrer acidente de trabalho. (MELO, N. D., 2015).

Belmonte (2014) diferencia a culpa concorrente da culpa comum, sendo que aquela acarreta a diminuição do valor da indenização, enquanto esta exclui a possibilidade de indenização. Referido autor esclarece que a culpa comum desfaz o nexo de causalidade, de forma que tanto o lesante como o lesado causam o mesmo dano, de forma conjunta, de modo a ficar neutralizada a reparação.

Cabe observar que a responsabilidade do empregador por atos dolosos ou culposos de seus empregados ou prepostos é objetiva, na forma do art. 933 do Código Civil. Esse entendimento está ratificado pela Súmula nº 341 do Supremo Tribunal Federal.

O empregador somente será isento do dever de indenizar se comprovar que houve culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior. (MELO, N. D., 2015).

#### 4.4 ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA/ILÍCITO

É pacífico que o bem jurídico tutelado pelo instituto do dano moral é a dignidade da pessoa humana, contudo, ainda há dificuldade na efetivação da sua

---

<sup>4</sup> Cita-se o art. 6º, VI, do Código do Consumidor, que prevê a necessidade de efetiva prevenção em relação aos danos patrimoniais e morais.



proteção, o que decorre, segundo Fátima Zanetti, da aplicação equivocada de alguns princípios também aplicáveis à situação, a exemplo do enriquecimento sem causa. (ZANETTI, 2009).

A jurisprudência, além da gravidade do fato, da extensão do dano, da compensação da vítima e do caráter pedagógico, utiliza como fator restritivo na fixação do valor da reparação a vedação do enriquecimento ilícito. (ZANETTI, 2009).

O enriquecimento sem causa ocorreria nas situações em que o valor da reparação por danos morais fosse fixado em tal patamar que a indenização seria superior ao dano efetivo. (ZANETTI, 2009).

A maior parte da doutrina entende que a vedação ao enriquecimento ilícito é critério que deve ser observado na fixação do valor dos danos morais, a exemplo de Nascimento, S. M. (2015b), Paiva e Gusmão (2008), Cairo Júnior (2015) e Santos, A. J. (2001).

A reparação de um dano moral- seja qual for a sua espécie – não deve significar uma mudança de vida para a vítima ou para a sua família. Uma fonte de enriquecimento surgida da indenização, O dano moral não pode servir a que vítimas ou pseudovítimas sejam sempre a possibilidade de ganhar um dinheiro a mais, enriquecendo-se diante de qualquer abespinhamento. É certo que o dinheiro tem um valor compensatório e que permite à vítima algumas satisfações que trazem aprazimento, que sirvam como sucedâneo do dano moral padecido. Esse direito da vítima não pode se tornar em benefício excessivo ou que não guarde correlação com o ressarcimento de outros danos e com as circunstâncias gerais de uma comunidade. (SANTOS, A. J., 2001)

Contudo, a adoção do princípio do enriquecimento sem causa como limitador do valor arbitrado por danos morais resulta na equiparação destes danos com os danos meramente materiais, transformando a dignidade humana em apenas mais um objeto do Direito, desconsiderando a sua natureza ética, que deve ser irredutível diante de valores de natureza econômica. (ZANETTI, 2009).

A preocupação exagerada em não enriquecer a vítima causa verdadeira sensação de injustiça em relação a esta, e faz com que a lesão se perpetue em relação aos demais empregados, presentes e futuros, expostos aos mesmos atos ensejadores do direito daquele. Parece-nos que enriquecer eventualmente um ou outro empregado, mas com esta situação conseguindo-se o objetivo de o empregados ajustar o meio ambiente de trabalho de outros inúmeros empregados, não ficando estes expostos ao assédio e eventual dano moral, traz uma situação muito maior de justiça social, retirando vários empregados de uma situação de lesão de seus direitos de personalidade desafogando o Poder Judiciário de várias outras ações semelhantes” (CALVET e PINTO, 2014, p. 126)

Brandão (2016) também defende a inaplicabilidade do enriquecimento sem causa como limitador do *quantum* indenizatório.

O princípio da restituição natural, no qual se funda o instituto da indenização, determina que haja identidade entre a coisa ou a situação a restituir, o que impede a aplicação do enriquecimento sem causa aos danos morais, ante as naturezas distintas do instituto dos danos morais e dos danos materiais. (ZANETTI, 2009).

#### 4.5 POSIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA VÍTIMA E CAPACIDADE ECONÔMICA DA VÍTIMA E DO OFENSOR

A posição social e política da vítima tem sido utilizada por parte da jurisprudência como critério para a fixação do valor da reparação por danos morais decorrentes das relações de trabalho, utilizando-se de analogia com a revogada Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/1967). (ZANETTI, 2009).

Referida lei assim previa:

Art . 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente:

I - a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II - A intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III - a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por êsse meio obtida pelo ofendido.

Contudo, além de ser revogada pela Constituição Federal de 1988, há que se considerar o contexto da edição da Lei nº 5.250/1967, na época do regime militar e sob a égide de uma Constituição que sequer garantia o direito de ampla defesa, ou seja, em contexto totalmente diverso do atual Estado Democrático de Direito. (ZANETTI, 2009).

A fixação de valores mais elevados a título de reparação por danos morais quando a parte envolvida for pessoa pública e influente não é adequada, pois a

dignidade não tem origem em condições exteriores, mas na essência do ser humano. (ZANETTI, 2009).

Delgado (2016) sustenta a inconstitucionalidade da utilização do critério em comento na quantificação dos danos morais, sob os seguintes argumentos:

Esse parâmetro não pode ser considerado – em contraponto ao que parecia determinar, por exemplo antes de 5.10.1988, a velha Lei de Imprensa (n. 5.250/1967): o diploma determinava que se tomasse em conta, entre outros aspectos a posição social e política do ofendido (art. 53, I, *in fine*, da Lei n. 5.250/67 – não recepcionada pela CF/88, segundo decisão do STF a ADPF 130-DF, em julgamento concluído em 30.4.2009).

Ou seja, não cabe valer-se, hoje, de parâmetro que acabe por incorporar discriminação ou valoração diferenciada injustificável entre pessoas humanas. A honra, a dignidade, a higidez física, a higidez psíquica e outros bens e valores de caráter moral são ínsitos a qualquer ser humano, independentemente de sua posição social, econômica, cultural, política, etc. Esse aspecto diferencial é tido como discriminatório, não podendo, assim, ser tomado em consideração na fixação do montante indenizatório. (DELGADO, 2016, p. 700)

É justamente entre os mais humildes, que não possuem uma posição social ou política de destaque, que se encontram aqueles que encontram na família, na honra e no respeito as suas únicas riquezas, de forma que a atribuição de valores inferiores na violação da honra desses indivíduos, em comparação com aqueles de posição social e política de destaque, contribui para potencializar a injusta distribuição de renda que se verifica em nossa sociedade. (ZANETTI, 2009).

Quantificar a indenização por dano moral considerando as condições socioeconômicas da vítima inverte a lógica do Estado Democrático de Direito consagrado na Constituição de 1988, pois fornece maior proteção ao mais forte e menor proteção ao mais frágil. Também peca por ignorar que todo ser humano possui a mesma dignidade, pois seu valor não oscila de acordo com raça, credo, sexo ou condições socioeconômicas – a dignidade da pessoa humana preserva de forma igual todo ser humano, independente de seu patrimônio ou remuneração. Como se não bastasse, viola o princípio da igualdade por basear-se na ideia discriminatória de que a dignidade de quem possui um salário maior é superior à de quem possui um salário menor, sendo, portanto, inconstitucional.

O trabalho, fonte de construção do ser humano e da sua personalidade, vem sendo distorcido pelos excessos do capitalismo, mas deve ser regulado pela dignidade, não pelo desrespeito. (SIMÕES NETO, 2013, p. 16)

Contudo, é minoritário o posicionamento de Zanetti e Delgado, pois prevalece o entendimento na doutrina de que a posição social e política da vítima deve influenciar na quantificação dos danos morais.

Nascimento. S. M. (2015b) defende que a Lei de Imprensa, e consequentemente a posição social e política do ofendido, é indicador plausível e cuja aplicação na aferição do *quantum* indenizatório é possível.

Cairo Júnior (2015) defende a utilização do critério em comento na quantificação dos danos morais, não com fundamento na Lei de Imprensa, mas com base no art. 84 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Belmonte (2014, p. 226) expõe que “O dano causado a pessoa notória deve gerar indenização maior, porque é, presumivelmente, mais extenso em relação aos efeitos”.

No mesmo sentido Dalazen (1999), ao citar elementos da personalidade da vítima que devem ser considerados na quantificação dos danos morais, como os antecedentes e a índole.

A posição social da vítima, o seu grau de educação, seu temperamento, princípios morais e religiosos, assim como o ambiente em que ocorreu a ofensa, na opinião de Lobregat (2001), devem pautar o valor da indenização por danos morais.

No que se refere a capacidade econômica da vítima, Pinto Junior (2016) defende que não há fundamento para se considerar o patrimônio do lesado na aferição do *quantum* indenizatório por danos morais, visto que a dignidade humana não varia de acordo com a condição econômica dos cidadãos.

A utilização da capacidade econômica do trabalhador como critério limitador do valor da indenização por danos morais é exemplo da precarização das condições dos trabalhadores. (AZEVEDO, 2015).

Na opinião de Simões Neto (2013), a dignidade humana é igual para todo ser humano, independentemente do seu patrimônio ou remuneração, sendo questionável a utilização da condição econômica do trabalhador no cálculo da indenização por danos morais.

Dessa forma, se ao indenizar uma vítima com pouca projeção econômica o valor for minorado em função dessa particularidade, estará adotando a equivocada ideia/pré-conceito de que o desrespeito a tais seres humanos é menos grave, o que configura discriminação e viola a dignidade da pessoa humana, consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição de 1988 (art. 1º, III).

[...]

Ora, o princípio da proteção, cardeal do direito do trabalho, impõe a busca pelo equilíbrio nas relações trabalhistas por meio de proteção do hipossuficiente. As pessoas que têm status econômico ou social menos elevado são as que mais precisam de proteção contra abusos, pois são as “vítimas preferidas” de agressões. Utilizar as condições socioeconômicas

como um fator de fixação da compensação pecuniária por dano moral, mais do que contrariar, inverteria a lógica dessa baliza do ramo trabalhista, legitimando a diferença que o Direito do Trabalho busca combater. (SIMÕES NETO, 2013, p. 10-12)

Contudo, o entendimento de Cairo Júnior (2015) é de que a capacidade econômica da vítima deve ser observada quando da quantificação dos danos morais, capacidade esta que deve ser aferida pela remuneração mensal do trabalhador, e não determinada quantia de salários mínimos, prática que é adota na Justiça Comum, típica da responsabilidade civil aquiliana.

Belmonte (2014) defende a consideração do critério em comento para a fixação do valor da condenação, não com a finalidade de precarizar a condição dos trabalhadores, como aponta Azevedo (2014), mas sob a justificativa de que o montante deve ser significativo para quem recebe.

Defendendo a vedação ao enriquecimento indevido, mas sem realizar maiores aprofundamentos, Lobregat (2001) também sustenta a consideração da capacidade econômica da vítima.

Tal raciocínio se baseia em um evidente erro lógico, porque leva à presunção de que a dor moral do rico— ou a gratificação do rico como compensação à dor – deve ser maior que a do pobre. Em nome da igualdade, não se aceita a consideração da situação econômica da vítima, mas admite-se que se pondere sobre sua situação social, conceito mais amplo, que inclui o ambiente em que inserida, com todo o cuidado para que não ocorra discriminação ou análise preconceituosa. (GHISLENI FILHO, 2011, p. 79-80)

Belmonte (2014) defende a consideração do critério em comento para a fixação do valor da condenação, não com a finalidade de precarizar a condição dos trabalhadores, como aponta Azevedo (2014), mas sob a justificativa de que o montante deve ser significativo para quem recebe.

Parece ser adequado o posicionamento de que a condição econômica da vítima deve ser considerada na quantificação dos danos morais, eis que indenizações insignificantes, se comparadas com o patrimônio total do ofendido, certamente não atenderão a finalidade reparatória da condenação.

O porte econômico do ofensor também deve ser levado em consideração no valor da reparação por danos morais, fazendo com que se concretize o seu caráter pedagógico e sua função proibitiva. (ZANETTI, 2009).

A desconsideração do porte econômico do ofensor na fixação do valor da indenização por danos morais pode levar a situações como aquela retratada por Zaar (2014, p. 284):

Conta-nos a História que em Roma, determinado cidadão, por possuir vultoso patrimônio, saía às ruas agredindo os transeuntes, sempre acompanhado de um escravo que carregava os valores necessários à indenização dos mesmos. Assim, como a indenização por uma bofetada era irrisória (e de valor previamente conhecido) mencionado cidadão usava e abusava de seu poder econômico.

A situação acima relatada evidencia a necessidade de se levar em consideração a capacidade econômica do ofensor na quantificação dos danos morais, para se evitar, por exemplo, que empresas de elevado porte adotem comportamentos que ofendam o patrimônio imaterial de seus empregados quando tais comportamentos forem vantajosos sob o ponto de vista econômico, tendo como exemplo a cobrança excessiva de metas.

Nas palavras de Melo (2008, p. 456):

O valor da condenação não pode ser exagerado a ponto de inviabilizar a atividade econômica do réu, mas, por outro lado, não deve ser irrisório a ponto de o agente causador do dano não sentir seus efeitos econômicos.

O caráter pedagógico da condenação também é mencionado por Belmonte (2014) para a utilização do porte econômico do ofensor na fixação do valor da indenização por danos morais.

[...] a situação econômica do ofensor (porte da empresa) pode servir de elemento atenuante ou agravante. Valor módico imposto a uma empresa de grande porte pode se revelar inócuo para efeito pedagógico, sequer servindo para que a empresa se sensibilize a alterar os seus métodos organizacionais preventivos dos riscos de ofensas aos danos aos direitos da personalidade do trabalhador. E valor excessivo imposto a empresa de pequeno porte pode inviabilizar a continuidade do negócio. O valor fixado não pode revelar-se insignificante para as condições econômicas do ofensor, muito menos excessivo. (BELMONTE, 2014, p. 227).

A necessidade de compatibilizar o valor da reparação com as condições econômicas do ofensor também decorre do interesse coletivo para a subsistência da empresa após a condenação judicial. (CARVALHO, 2016).

Para Dallegrave Neto (2014), é possível a aplicação analógica do art. 1.694, § 1º, do Código Civil, que prevê a capacidade econômica do agente como diretriz do valor da indenização.

Se os elementos constantes dos autos do processo trabalhista não forem suficientes para a constatação da capacidade econômica do empregador, cabe ao magistrado determinar a juntada do balancete ou da declaração do imposto de renda, assim como ouvir o preposto e as testemunhas para obter informações reveladores do porte econômico da empresa. (ZANETTI, 2009).

A utilização da capacidade econômica do ofensor, assim como a capacidade econômica da vítima, somente podem ser consideradas como critério para a quantificação dos danos morais se admitido o caráter pedagógico da condenação. Sob esse prisma, e admitindo somente o caráter reparatório dos danos morais, Brandão (2016), sustenta a inaplicabilidade do critério em comento para a quantificação.

Diante do exposto, ficou constatado que a utilização ou não da capacidade econômica do ofensor como critério na quantificação dos danos morais depende de qual a finalidade que se pretende com a condenação, se meramente reparatória, não será levada em consideração, mas se admitido o seu caráter pedagógico, deve influenciar no *quantum* indenizatório.

#### 4.6 ORIGINALIDADE OU REINCIDÊNCIA DA CONDUTA, ESFORÇO PARA MINIMIZAR OS EFEITOS DA OFENSA E TEMPO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A condenação ao pagamento de indenização por danos morais, considerando a sua finalidade punitivo-pedagógica, deve desestimular o ofensor em reiterar a conduta que agrediu o patrimônio imaterial da vítima.

Diante disso, a conduta reincidente deve ser circunstância agravante do valor da indenização por danos morais. A reincidência evidencia que a condenação anteriormente fixada não dissuadiu o ofensor de retornar a praticá-la. (BELMONTE, 2014).

Assim, em casos de lesão repetitiva aos direitos de personalidade dos empregados os quais geram dano moral decorrentes de métodos de trabalho impostos pelo empregador, que atingem indistintamente vários empregados de toda a empresa ou de determinados setores, por meio do chamado assédio moral organizacional, deve ser imposta condenação

efetivamente pedagógica, com valores significativos para o agressor, de modo a desencorajá-lo a manter a prática no ambiente de trabalho. (DALLEGRAVE NETO, 2014, p. 123)

A reincidência da conduta deve ser agravante do *quantum* indenizatório, pois é comum empregadores que ficam “levando as mesmas condenações, mas sem qualquer interesse em não mais lesar os direitos ajustando o ambiente de trabalho e o pior, sem qualquer constrangimento”. (CALVET e PINTO, 2015).

É evidente que a reiteração da conduta violadora dos direitos personalíssimos dos empregados somente ocorre porque as condenações anteriores não aplicaram devidamente o caráter pedagógico ao ofensor.

Além disso, se o ofensor tomar imediatamente todas as providências necessárias para minimizar os efeitos da ofensa, a indenização deve ser atenuada, o que não deve ocorrer se o ofensor agir de forma negligente. (BELMONTE, 2014).

Nas palavras de Zaar (2014, p. 285) é de grande relevância o comportamento do ofensor após o fato ofensivo,

uma vez que, com base em tal aspecto, poderá o juiz aquilatar a reprovabilidade de sua conduta. Se o mesmo, após a ofensa, espontaneamente retrata-se, denotando arrependimento, curial é que percebeu ser injurídica sua conduta. Se, ao contrário, persiste em atitudes que denotam recalcitrância, mais severa deverá ser a sanção a ser aplicada.

Entre os esforços para minimizar os efeitos da ofensa, Lobregat (2001) destaca a retratação, que pode ser feita diretamente ao lesado ou publicada em órgão da imprensa.

Na opinião de Schiavi (2011) o tempo de prestação de serviços ao empregador também deve ser considerado na quantificação dos danos morais, posicionamento também defendido por Paiva e Gusmão (2008) e Lobregat (2001), sob o argumento de que maior proximidade dos sujeitos que compõem a relação empregatícia decorre do tempo de convivência, e que o passar dos anos aumentam o conhecimento mútuo e a confiança existentes entre empregado e empregador, de modo que a ofensa será tanto mais grave quanto for o tempo do vínculo de emprego. (LOBREGAT, 2001).

O valor da condenação por danos morais não deve estar vinculado ao tempo de serviços prestados pelo trabalhador, pois, na opinião de Lima, F. M. M., e Lima,



F. P. R. M (2016), a utilização deste critério inviabiliza o critério da gravidade da ofensa na quantificação.

Nas palavras de Dalazen (1999):

esse critério é indefensável, pois importa malbaratar os bens preciosos da personalidade ofendidos pelo dano moral. Vinculando o valor ao tempo de serviço, obviamente deprecia-se o dano moral causado ao empregado mais moderno, consagrando o esdrúxulo e simplista critério de valorar mais ou menos os bens espirituais da pessoa ao sabor da antiguidade e da maior ou menor remuneração. [...] Ademais, esse critério naturalmente revela-se imprestável para orientar a quantificação do dano moral causado pelo empregado ao empregador. (DALAZEN, 1999, p. 10).

A utilização do tempo de prestação de serviços no cálculo das indenizações por danos morais faz com que empregados igualmente ofendidos obtenham valores diferenciado somente em razão da diferença de tempo de serviços prestados, não parecendo ser esse o melhor entendimento.

#### 4.7 CONJUNTURA ECONÔMICA DO PAÍS E TEMPO TRANSCORRIDO DESDE A OFENSA

No entendimento de Dalazen (1999) e de Schiavi (2011), a conjuntura econômica do país deve servir como balizador na quantificação dos danos morais.

Na visão de Paiva e Gusmão (2008), em um país que possui imensas dívidas sociais, como o Brasil, não pode haver condenações de montantes tão elevados como aquelas que se verifica em países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América. Esclarecem que não se trata de uma interpretação economicista do Direito, menos ainda de subestimar a dor e o sofrimento da vítima, mas sim de se prestigiar uma condenação possível de ser adimplida pelo agressor e que considere as consequências trágicas de uma condenação exagerada.

Contudo, não parece ser esse o melhor entendimento, eis que as variações na conjuntura econômica do país está entre os riscos do exercício da atividade econômica, riscos estes que não podem ser transferidos aos empregados, na forma estabelecida pelo art. 2º da CLT.

Na opinião de Lobregat (2001), o tempo transcorrido entre a ocorrência do dano moral e o ajuizamento da ação pleiteando a respectiva indenização deve ser inversamente proporcional ao valor da indenização. Afirma que o tempo “Suaviza as dores, cicatriza as feridas, aplaca as mágoas, enfim, vai apagando da lembrança os

acontecimentos ruins, uma vez que é da essência da natureza humana esquecer-se dos maus momentos”. (p. 91).

Contudo, é possível defender entendimento diverso, de que o tempo, ao invés de suavizar o sofrimento sofrido, o intensifica, o que afastaria a aplicação do tempo transcorrido como atenuante do valor da indenização.

## 5 DOSIMETRIA

### 5.1 DECISÃO PARADIGMÁTICA

A uniformidade dos critérios na fixação dos valores, por si só, apesar de contribuir para a equanimidade de condenações, não a garante.

Está claro que as regras que vem de ser esboçadas, conquanto preconizem uma justa medida para a quantificação do dano moral, não oferecem, nem poderiam uma equação matemática. Assim, tem-se consciência de que não solucionam a problemática de fixação do valor para o dano moral. (DALAZEN, 1999, p. 12)

Evidência disso são os valores fixados no processo 24313-2012-008-09-00-7 a título de danos morais coletivos.

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face de HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo em razão da realização da contratação, pelo réu, de empresa de investigação particular para vasculhar fatos relacionados à intimidade e à vida dos seus empregados, principalmente aqueles que apresentavam histórico de doença relacionada ao trabalho, com a finalidade de verificar se os empregados investigados exerciam outras atividades. (BRASIL, TRT-9, 2014).

A grande variação do valor das indenizações fixadas em primeiro grau, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e pelo Tribunal Superior do Trabalho, faz a Ação Civil Pública 24313-2012-008-09-00-7 paradigmática no que se refere à quantificação dos danos morais.

Consta da sentença, prolatada pelo Juiz Felipe Augusto de Magalhaes Calvet, que o réu extrapolou os limites do seu poder diretivo e violou a dignidade humana de empregados afastados pelo INSS por motivos de doença. Houve também violação à intimidade, vida privada, honra, imagem e domicílio dos empregados investigados. (BRASIL, TRT-9, 2014).

Além da determinação para que o réu se abstenha de realizar as investigações particulares, houve a condenação da ré, pelo juízo de primeiro grau, ao pagamento de danos morais coletivos, no importe de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais). Para a fixação do valor, foi levado em consideração o caráter pedagógico da condenação, o nível econômico do ofendido,

o porte econômico do ofensor, a intensidade do dolo ou grau de culpa e a gravidade do fato. (BRASIL, TRT-9, 2014).

Diante do recurso ordinário interposto pelo réu, a 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região reduziu o valor da condenação por dano moral coletivo para R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), invocando, assim como o juízo de origem, o caráter pedagógico da condenação, além do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. (BRASIL, TRT-9, 2014).

Verifica-se que a decisão colegiada fixou valor a título de danos morais coletivos correspondente a cerca de 3% do montante fixado pelo juízo de primeiro grau.

Em julgamento do recurso de revista interposto pelo Ministério Público do Trabalho, a 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho majorou o valor da condenação para danos morais coletivos para R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (GIBRAN, 2015), ou seja, a condenação foi aumentada em 750% se comparada com aquela fixada pelo TRT-9.

A diferença exorbitante entre os valores fixados à título de indenização para a mesma situação torna evidente a necessidade e utilidade de instrumentos capazes de conferirem certa padronização na aferição do *quantum* indenizatório.

## 5.2 TABELAMENTO DE VALORES

Para Bastos (2002, p. 27), “O maior problema encontrado pelos magistrados, após a configuração do dano moral propriamente dito, reside, justamente, no processo de quantificação do valor econômico devido ao lesado a título de compensação”.

Nas palavras de Dalazen (1999, p. 9), “a jurisprudência brasileira oscila de valores irrisórios a valores astronômicos, estimulantes de pleitos aventureiros e até conducentes à locupletação indevida”.

Ainda nas palavras de Dalazen,

Esse sistema de absoluto culto à discricionariedade judicial não tem produzido resultados satisfatórios, notadamente porque tem gerado cifras ostensivamente desiguais, em que a desejável e prudente discricionariedade do Juiz, em alguns casos tangencia perigosamente os limites da arbitrariedade pura e simples. (DALAZEN, 1999, p. 9-10)

Possível solução para se evitar decisões que fixam valores completamente diferentes para situações idênticas seria o tabelamento dos valores da indenização.

O uso de tabelas legais na fixação da indenização por danos morais, segundo os autos que defendem essa sistemática, poderia conferir maior coerência entre os valores, diminuindo as disparidades de quantificação de situações semelhantes. (MORETTO, 2006).

Contudo, na opinião de Pinto Junior (2016), a fixação tarifada das indenizações extrapatrimoniais implica a atribuição de valor monetário a bens de valor imensurável.

Além disso, segundo Delgado (2016), seria inconstitucional o tarifamento prefixado dos danos morais, pois o texto constitucional determina que a indenização seja proporcional ao agravo.

Apesar de também defender a impossibilidade de tarifação de danos morais, Schiavi (2011) expõe que isso não significa que o Juiz do Trabalho não possa se pautar por critérios de ordem objetiva na quantificação.

Há que se observar que os artigos 953 e 954 do Código Civil de 2002 determinam que a indenização por injúria, difamação e calúnia, assim como a indenização por ofensa à liberdade pessoal, devem ser realizadas em conformidade com as circunstâncias do caso, o que não permite o tabelamento dos valores da indenização por essas ofensas.

Mesmo nas situações em que o dano moral verificado não se trate propriamente de ofensa decorrente de injúria difamação, calúnia ou ofensa à liberdade pessoal, há que se ter cautela ao adotar o tabelamento de valores, mormente quando há a possibilidade de tabelar com valores insuficientes, o que implicaria consequências desastrosas, como oficializar as condenações ínfimas e a socialização do risco da reparação pelos infratores, pois, com o conhecimento prévio do *quantum* indenizatório no caso do cometimento de determinado ato ilícito que ofenda a moral do trabalhador, o empregador pode incluir o valor das indenizações na taxa de risco do negócio, transferindo os custos para a sociedade. (ZANETTI, 2009).

Por certo que o tabelamento com valores ínfimos estimularia comportamentos agressivos pelos empregadores, tais como a intensificação na cobrança de metas, o que a longo prazo aumentaria os casos de transtornos e

doenças mentais no trabalho, custos que seriam arcados também pela sociedade. (ZANETTI, 2009).

Zanetti (2009) conclui que constitui imprudência a tariffação dos danos morais, diante das inúmeras variáveis que deveriam ser consideradas para mensurar adequadamente a dor moral, que é única para cada ser humano, mas pondera que, caso se adote a tariffação dos danos morais, melhor seria se o fosse tão somente para a fixação de valores mínimos, para afastar a possibilidade de banalização do instituto.

Esta autora propõe que:

[...] o Direito, por seus aplicadores, acompanhe as inovações e aceite que em algumas situações, e o caso de dano moral é uma delas, não há como estabelecer regras básicas definitivas capazes de englobar de forma metódica e precisa todas as hipóteses, mesmo que similares. (ZANETTI, 2009, p. 90)

Pinto Junior (2016) aponta que seria de constitucionalidade duvidosa a propositura de tabelamento de valores a título de danos morais por meio de legislação, o que também seria obstáculo para a necessária dinamicidade de tal tabela. Sugere, portanto, que caberia ao Tribunal Superior do Trabalho concretizar essa padronização, por se tratar do único órgão judicial no âmbito da Justiça do Trabalho com legitimidade constitucional para tanto.

Cabe ressaltar que julgados paradigmáticos do Superior Tribunal de Justiça, que adotam o denominado “método bifásico”, têm servido como modelo na Justiça Comum para a fixação do *quantum* indenizatório.

O método bifásico consiste, inicialmente, na fixação de um valor básico, em conformidade com o interesse lesado e em consonância com a média de valores atribuídos em situações semelhantes, e, em seguida, o valor básico é ajustado de acordo com as peculiaridades do caso concreto. (BRANDÃO, 2016).

O tabelamento de valores, com margens razoáveis de flexibilidade que permitam ao magistrado levar em consideração as circunstâncias específicas de cada caso concreto, acarretará redução de subjetividade de modo que o magistrado deixará de opinar acerca do quantum indenizatório, mas passará a aplicar regras abstratas de quantificação ao caso concreto. (PINTO JUNIOR, 2016).

A busca de critérios mais objetivos de quantificação tem por escopo a redução do subjetivismo, mas não o aniquilamento do poder decisório do

magistrado, que deve levar em consideração as peculiaridades do caso concreto e, de forma fundamentada, ultrapassar os limites, mínimos e máximos, de qualquer padronização. (PINTO JUNIOR, 2016).

É justamente a propositura de critérios mais objetivos de quantificação sem o aniquilamento do poder decisório do magistrado que se verifica no sistema proposto pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Alexandre Agra Belmonte, que será a seguir analisado.

### 5.3 MÉTODO DE QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS PROPOSTO POR ALEXANDRE AGRA BELMONTE

Belmonte (2014) propõe um sistema de dosimetria dos danos morais que leva em consideração diversas variáveis para a quantificação, e utiliza critérios que impedem a banalização da condenação.

Ressalta-se que o sistema proposto por Belmonte, por levar em consideração diversas variáveis cuja aplicação fica ao prudente arbítrio do julgador, como a proporcionalidade, contribui para a uniformização da quantificação dos danos morais sem, contudo, revelar rigidez capaz de tornar inflexível e insensível ao caso concreto a quantificação.

O método proposto por Belmonte (2014) utiliza como critérios gerais para a avaliação do poder ofensivo a integralidade da indenização, pautada nos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, e consiste na fixação de uma indenização-base equivalente ao dobro do salário médio do brasileiro, com agravantes e atenuantes para a majoração ou minoração da indenização, que implicam a utilização de multiplicadores e divisores a incidirem sobre a indenização-base.

Conforme já exposto, Belmonte (2014) defende a utilização da capacidade econômica da vítima como critério relevante na quantificação dos danos morais. A fixação de um valor base de indenização tem por finalidade apenas evitar “que o trabalhador que recebe menos tenha, como ponto de partida na avaliação, indenização inferior àquele que tem ganhos maiores” (p. 230).

Como variáveis multiplicadoras e divisoras da indenização-base, estão os seguintes critérios: gravidade objetiva da ofensa, intensidade ou grau de culpa, exclusividade ou concorrência de culpa, dor presumida da vítima, repercussão do ato violador, extensão e duração das consequências da ofensa, originalidade ou

reincidência do ato violador, retratação espontânea ou efetivo esforço para minimizar a ofensa ou lesão, perdão tácito ou expresso, e condições econômicas do ofensor. (BELMONTE, 2014).

Há ainda, na fase final da quantificação, a aplicação do princípio da razoabilidade para adequar o valor às finalidades punitiva e pedagógica da condenação, em conformidade com a capacidade econômica do ofensor, a originalidade ou reincidência da conduta e a existência de retratação espontânea ou esforço para atenuar a ofensa ou lesão. (BELMONTE, 2014).

No que se refere ao dano moral coletivo, não deve ser calculado realizado o somatório dos danos individuais, eis que pode haver dano coletivo sem que haja dano individual. Além disso, se o cálculo fosse feito dessa maneira, a quantia poderia atingir montante que inviabilizaria a continuidade da atividade empresarial. (BELMONTE, 2014).

Diante disso, a quantificação dos danos morais coletivos deve ser realizada levando em consideração somente a natureza do dano, a gravidade da culpa e, para que se atinja a finalidade dissuasória e pedagógica, a capacidade econômica do ofensor, a razoabilidade e a originalidade ou reincidência da conduta. (BELMONTE, 2014).

Verifica-se, ante o exposto, que o sistema de quantificação proposto por Belmonte, ao mesmo tempo que indica critérios objetivos para a quantificação dos danos morais, confere ao magistrado margens razoáveis de flexibilidade para considerar todas as especificidades do caso concreto.



## 6 CONCLUSÃO

O ordenamento jurídico pátrio estabelece o sistema aberto de quantificação do dano moral, ou quantificação por arbitramento.

Para que haja equanimidade na fixação do valor da indenização por danos morais, é imprescindível que os critérios adotados no arbitramento sejam mais uniformes, reduzindo-se o campo de subjetividade no arbitramento dos valores indenizatórios.

A maior parte da doutrina cita como critérios para a fixação do valor da reparação por danos morais a razoabilidade, a extensão do dano, a intensidade da culpa, a proporcionalidade, o não favorecimento do enriquecimento sem causa/ilícito, a posição social e política da vítima, a capacidade econômica da vítima e a capacidade econômica do ofensor.

Há ainda quem cite a originalidade ou reincidência da conduta, o esforço para minimizar os efeitos da ofensa, o tempo de prestação de serviços, a conjuntura econômica do país e o tempo transcorrido desde a ofensa como critérios para a fixação do valor da reparação.

As pesquisas realizadas permitem concluir que não há uniformidade acerca dos critérios que devem ser utilizados na fixação do valor da indenização por danos morais.

A mera existência de divergência sobre a finalidade da condenação por danos morais, se meramente reparatória ou também punitivo-pedagógica, já é suficiente para haver diferenciação de critérios para a fixação do valor dos danos morais.

Se for admitida a finalidade meramente compensatória da condenação por danos morais, a capacidade econômica do ofensor, a originalidade ou reincidência da conduta e o esforço para minimizar os efeitos da ofensa, por exemplo, não influenciarão na quantificação do dano.

Por outro lado, se adotada a finalidade punitiva-pedagógica da condenação por danos morais, o não favorecimento do enriquecimento sem causa/ilícito não deve nortear a fixação do *quantum* indenizatório.

Solução possível para a fixação de valores altamente discrepantes para situações idênticas seria o tabelamento dos valores da indenização. Contudo, há quem entenda que o tabelamento significaria a atribuição de valor monetário a bens de valor imensurável, bem como há autores que sustentam a inconstitucionalidade do tarifamento dos danos morais.

Opinião mais sensata parece ser aquela de que é possível o tabelamento de valores com margens razoáveis de flexibilidade, que permitam considerar as circunstâncias específicas de cada caso concreto, como o método de quantificação proposto por Alexandre Agra Belmonte.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Letícia Bittencour e Abreu. SILVA, Lídia Marina de Souza e. **Prazer e sofrimento no trabalho**: reflexões sobre a ambivalência do trabalho no Brasil contemporâneo e sua ligação com o Direito. In: TEODORO, Maria Cecília Máximo Teodoro (Coord.). *Direito material e processual do trabalho*. São Paulo: LTr, 2015. p. 117-126.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2016.

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. Danos morais: o conceito, a banalização e a indenização. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Porto Alegre, vol. 73, n. 2, p. 88-104, abr/jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **O dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2002.

BELMONTE, Alexandre Agra. **Tutela da composição dos danos morais nas relações de trabalho**: identificação das ofensas morais e critérios objetivos para quantificação. São Paulo: LTr, 2014.

BRANDÃO, Cláudio. Danos provocados por acidentes do trabalho: algumas questões. In: PINTO, José Augusto Rodrigues; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Principiologia**: Estudos em Homenagem ao Centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva: um jurista de princípios. São Paulo: LTr, 2016. p. 41-60.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **ACP 24313-2012-008-09-00-7**. Sentença de lavra do Juiz Felipe Augusto de Magalhães Calvet. Publicada no DEJT em 07/02/2014. Acesso em 01/10/2016.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. **ACP 24313-2012-008-09-00-7**. Acórdão de relatoria do Desembargador Francisco Roberto Ermel. Publicado no DEJT em 09/09/2014. Acesso em 01/10/2016.

CAIRO JÚNIOR, José. **O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2015.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do trabalho**: curso e discurso. São Paulo: LTr, 2016.

CATALDI, Maria José Gianella. **Stress no meio ambiente de trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2015.

CALVET, Felipe Augusto de Magalhães. PINTO, Luana Popoliski Vilacio. **Responsabilidade Civil do Empregador** – Quantum Indenizatório Decorrente do Assédio e Dano Moral – Atos Repetidos. In: GOULART, Rodrigo Fernando. VILLATORE, Marco Antônio (Org.). *Responsabilidade civil nas relações de trabalho: reflexões atuais: homenagem ao professor José Affonso Dallegrave Neto*. São Paulo: LTr, 2015. p. 121-126.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

CASTRO JÚNIOR, Hécio Barbosa de. **A indenização por danos morais**. In: COUTINHO, Grijalbo Fernandes. PAVAN, João Amílcar Silva e Souza. JARDIM NETO, Leôncio Mário (Org.). **Direito Constitucional do trabalho em temas**. São Paulo: LTr, 2012. p. 606-625.

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Responsabilidade civil no direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2014.

DALAZEN, João Oreste. Aspectos do dano moral trabalhista. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. Brasília, vol. 65, n. 1, p. 69-84, out. 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

FERRARI, Irany. **Dano moral**: múltiplos aspectos nas relações de trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2014.

FERREIRA, Aluísio Henrique. **O poder diretivo do empregador e os direitos da personalidade do empregado**. São Paulo: LTr, 2011.

FERRO, Thania Maria Bastos Lima. **A função punitiva da responsabilidade civil em acidentes de trabalho**. São Paulo: LTr, 2016.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Curso de direito do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Direito e processo do trabalho contemporâneos**. São Paulo: LTr, 2016.

GHISLENI FILHO, João. *et al.* Valor adequado nas ações de indenização por dano moral. **Revista eletrônica da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região**. Porto Alegre, v. 7, n. 113, p. 72-85, mar. 2011.

GIBRAN, Mendes. Espionagem no HSBC: TST aumenta multa por investigação de funcionários, 2015. Disponível em: <http://defesa-trabalhador.com.br/declatra/2015/11/espionagem-no-hsbc-tst-aumenta-multa-por-investigacao-de-funcionarios>. Acesso em 01/10/2016.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. IV: responsabilidade civil.

LIMA, Francisco Meton Marques de. LIMA, Francisco Pércles Rodrigues Marques de. **Elementos de direito do trabalho e processo trabalhista**. 16. ed. São Paulo: LTr, 2016.

\_\_\_\_\_. **Os princípios de direito do trabalho na lei e na jurisprudência.** 4 ed. São Paulo: LTR, 2015.

LOBREGAT, Marcus Vinícius. **Dano moral nas relações individuais do trabalho.** São Paulo: LTr, 2001.

MALLET, Estevão. **Prática de direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2012. v. 2.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. **Dano Moral Coletivo.** 4. ed. São Paulo: LTr, 2014.

MELO, Nehemias Domingos de. **Dano moral trabalhista:** doutrina e jurisprudência. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador:** responsabilidades legais, dano material, dano moral, dano estético, indenização pela perda de uma chance, prescrição. 3. ed. São Paulo: LTR, 2008.

MORAES, Maria Celina Bodin. **Danos à pessoa humana:** uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MORETTO, Cássia Cristina. **O dano moral e sua aferição econômica.** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Setor de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Prefácio. In: ZANETTI, Fátima. **A problemática da fixação do valor da reparação por dano moral:** um estudo sobre os requisitos adotados pela doutrina. São Paulo: LTr, 2009.

NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Assédio moral e dano moral no trabalho.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2015a.

\_\_\_\_\_. **A responsabilidade civil do empregador no assédio moral e sexual.** In: GOULART, Rodrigo Fernando. VILLATORE, Marco Antônio (Org.). Responsabilidade civil nas relações de trabalho: reflexões atuais: homenagem ao professor José Affonso Dallegrave Neto. São Paulo: LTr, 2015b. p. 409-423.

PAIVA, Rodrigo Cambará Arantes Garcia de. GUSMÃO, Xerxes. **A reparação do dano moral nas relações de trabalho.** São Paulo: LTr, 2008.

PINTO JUNIOR, Amaury Rodrigues. **A quantificação do dano:** acidente do trabalho e doenças ocupacionais. São Paulo: LTr, 2016.

REIS, Clayton. A reparação do dano moral no direito trabalhista. **Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.** Curitiba, v. 2, n. 21, p. 78-100, ago. 2013.

ROESLER, Átila da Rold. **Crise econômica, flexibilização e o valor social do trabalho.** São Paulo: LTr, 2014.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. **Princípio da reparação integral: indenização no Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Antônio Jeová. **O dano moral na internet**. São Paulo: Método, 2001.

SANTOS, Enoque Ribeiros dos. **O dano moral na dispensa do empregado**. 5 ed. São Paulo: LTr, 2015.

SCHIAVI, Mauro. **Ação de reparação por danos morais decorrentes da relação de trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2011.

SIMM, Zeno. **Acosso Psíquico no Ambiente de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

SIMÕES NETO, Eduardo. Dano moral: (im)possibilidade de utilização dos critérios socioeconômicos do trabalhador-vítima para fixação do valor da compensação pecuniária. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 38-55, out./dez. 2013.

SOBRINHO, Zéu Palmeira. **Acidente do trabalho: críticas e tendências**. São Paulo: LTr, 2012.

STOCCO, Rui. **A responsabilidade Civil**. O Novo Código Civil – Estudos em homenagem ao prof. Miguel Reale. São Paulo: LTr. 2003.

TEIXEIRA JÚNIOR, José Guido. **Quantificação dos danos morais e materiais: e o acidente do trabalho no setor sucroalcooleiro**. São Paulo: LTR, 2011.

ZAAR, Josué Luís. **O dano moral e o contrato de trabalho**. Cascavel. Editora do autor: 2014.

ZANETTI, Fátima. **A problemática da fixação do valor da reparação por dano moral: um estudo sobre os requisitos adotados pela doutrina**. São Paulo: LTr, 2009.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. **A ação regressiva acidentária como instrumento de tutela do meio ambiente do trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.